

OS CASTELOS GÓTICOS PORTUGUESES E A EXPANSÃO DA CIDADE MEDIEVAL: A importância do desenho na leitura do espaço e formas urbanas.

Teresa Oliveira¹

RESUMO: O tema que me proponho analisar revela a importância da interdisciplinaridade e seu contributo para o progresso do estudo numa investigação científica. Não só pela ligação que o tema evidência; os castelos góticos como polo dinamizador para a coesão social e territorial da urbe e a importância do desenho para a compreensão e leitura de espaços e formas urbanas, mas também pela perspectiva cruzada que apresentam. Vemos com toda a clareza a interação entre a arquitetura e a história, a importância da geografia, e da arqueologia num complexo jogo interdisciplinar que nos proporciona uma pesquisa completa e estruturada do objeto em estudo. Assim, aliando a contribuição do desenho à análise interpretativa dos castelos góticos portugueses, não descurando a sua contextualização política e funcionalidades práticas, veremos como o espaço urbano evoluiu e que ferramentas utiliza para documentar o seu progresso.

Palavras-chave: Castelos Góticos; Espaço Urbano; Desenho; História

ABSTRACT: The theme that I propose to analyse reveals the importance of interdisciplinarity, and its contribution to the progress of the study in a scientific investigation. Not only because of the connection that the theme makes; the Gothic castles as a driving force for the social and territorial cohesion of the city and the importance of design in understanding and reading urban spaces and forms, but also because of the cross-perspective that they present.

We clearly see the interaction between architecture and history, the importance of geography, and of archaeology in a complex interdisciplinary game that provides us with a complete and structured research of the object under study. By combining the contribution of design to the interpretative analysis of Portuguese Gothic castles, not forgetting their political contextualisation and practical functions, we will see how the urban space evolves and which tools are used to document its progress.

Keywords: Gothic Castles; Urban Space; Design; History

INTRODUÇÃO

A análise dos castelos ou outro tipo de fortificações tem de ser contextualizada, isto é, temos que ter em conta a evolução e as transformações das práticas de guerra durante a Idade Média. Por exemplo, a passagem de uma guerra de castelos roqueiros e pequenos contingentes militares para uma guerra de conquistas de núcleos urbanos. Sem dúvida, que

¹ Teresa Maria M.S. Oliveira, Doutoranda em Estudos Medievais, Graduada em História e Pós-graduada em História de Arte, História e Cultura Bíblica e Estudos sobre as Mulheres. Investigadora integrada no Instituto de Estudos Medievais (Universidade Nova de Lisboa/FCSH) e CIAC -Centro de Investigação em Artes e Comunicação (UALg/UAb).

a evolução da guerra medieval tem de estar ligada ao fenómeno urbano, no caso português, depois do final da conquista portuguesa, isto é, no final da 1ª metade do século XIII.

Outro aspeto importante é o papel fundamental dos reis portugueses no processo da condução da guerra, na administração do reino sob o ponto de vista militar, fiscal, político e do direito dos seus súbditos. D. Afonso III e D. Dinis fomentaram um desenvolvimento económico de povoamento e de enquadramento territorial, através de atribuição de forais e do desenvolvimento urbano. Vamos constatar toda uma dinâmica que está inevitavelmente associada às adaptações, inovações e transformações dos castelos góticos portugueses. Citando o Prof. Mário Barroca, “*O castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa [...] o castelo é de todas as construções medievais, aquela cuja análise se torna mais fecunda para a compreensão de um território.*”² Ora, quando analisamos um castelo, ele é uma fonte de informação inesgotável para o historiador, não só da história militar e artística, como também da história política, social e urbana. O desenho tem neste contexto um papel fundamental como fonte de informação para a leitura do espaço em que o castelo está inserido.

Sendo assim, temos que passar inevitavelmente pelos notáveis debuxos e plantas do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas, um testemunho iconográfico precioso para a análise histórica do cenário socio político. Os desenhos de Duarte de Armas estão muito à frente dos exemplos europeus do seu tempo. O nível de pormenor, os elementos de caracterização de ordenamento do território, a proporção, o rigor que chega ao ponto de algumas das plantas terem cotas, são elementos que fazem dos desenhos de Duarte de Armas não meras ilustrações, mas autênticos documentos. Independentemente do âmbito científico que alimenta o movimento de preservação da herança do passado, a memória urbana é hoje um elemento fundamental da construção da identidade de um lugar.

² BARROCA, Mário, “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Século IX a XII)” in *Portvgália*, Nova serie, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, p. 27

OS CASTELOS GÓTICOS PORTUGUESES

Contextualização Histórica

Apesar de detentoras de uma inegável carga simbólica, as fortalezas medievais foram sempre erguidas com um propósito claramente militar, ou seja, com um intuito eminentemente prático. Apesar de lhes estar também confiado um importante papel no quadro de uma estratégia ofensiva, sobretudo enquanto bases de operações para o lançamento de investidas contra terreno hostil, estas fortificações possuíam, acima de tudo, uma missão defensiva ligada, por um lado, à necessidade de oferecer refúgio aos habitantes das zonas circundantes, bem como a todos quantos residiam no interior dos seus perímetros amuralhados e por outro, à vigilância e defesa da região onde se implantavam.

Desde o início do século XII, os castelos portugueses foram dispostos criteriosamente para garantir a integridade de territórios a muito custo recuperados. No entanto, é bastante evidente que foi com D. Dinis que esta estratégia conheceu a sua maior expansão. O reinado de D. Dinis foi verdadeiramente excepcional no que concerne às reformas da arquitetura militar portuguesa, muito embora, combinado com o esforço iniciado por D. Afonso III e continuado por D. Afonso IV. Contudo, a dinâmica dionisina na construção da fronteira deve ser contextualizada com o fim da disputa com Castela pela soberania do Algarve no reinado de D. Afonso III, e com o processo que conduziu ao tratado de Alcanices em 1297 que estabeleceu as fronteiras entre Portugal e o reino vizinho e que implicou algumas trocas territoriais. Assiste-se a um processo em que os limites estabelecidos tanto pelo tratado de Badajoz (1267) como o tratado de Alcanices (1297) são fisicamente materializados por uma prática metódica de reconhecimento e demarcação da fronteira³, *“termo que surge utilizado pela primeira vez na aceção atual em finais do século XIII.”*⁴

Desde essa altura a Coroa Portuguesa empenhou-se abertamente num programa de restauro dos castelos fronteiriços e de construção de novas fortalezas. Apesar das suas poucas disponibilidades económicas e financeiras, a monarquia portuguesa percebeu que a

³ No português medieval não existe a palavra fronteira, mas apenas *frontaria*. Também devo realçar que as problemáticas ligadas à fronteira medieval, implicava a necessidade de demarcar os limites do reino com elementos materiais: Castelos, marcos, estacas, postos, com símbolos heráldicos da coroa portuguesa; as quinas de Portugal ou cruces chantadas, que materializavam a soberania do território português

⁴ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da ROSSA, Walter, TRINDADE, Luísa, “Raia e Cidade” in *Monumentos 28*, Revista Semanal do Património Reconstruído e de Reabilitação Urbana, Lisboa, dezembro 2008, pág. 9

preservação da fronteira negociada com Castela pressupõe o rápido povoamento dos lugares raianos, uma condição que só a garantia de defesa proporcionada pela presença de fortalezas capazes poderia permitir alcançar.

Assim multiplicam-se desde os últimos anos do século XIII, as intervenções régias nas estruturas militares portuguesas, em particular nos castelos mais próximos da fronteira terrestre. Outro fator a ter em conta na proliferação de intervenções nos castelos portugueses por parte da coroa, prende-se com o domínio do espaço urbano. Nos finais do século XIII, acentuou-se na paisagem portuguesa uma aparente diversidade entre o mundo rural e o da cidade. Como já referi, no reinado de D. Dinis (1279-1325), o país assistiria à primeira reforma geral dos castelos e das respetivas cercas envolventes, quer românicas quer góticas. Em muitos casos por impulso pessoal do próprio monarca, mas em todo o lado, porque isso correspondia à evolução da vida urbana portuguesa, ao crescimento das populações citadinas, à maior complexidade dos tráfegos comerciais e mesmo a uma plena monetarização das relações económicas entre espaços urbanos e rurais. Fazendo uma análise documental ao período seguinte, entre D. Fernando e D. Afonso IV, os dados revelados por João Gouveia Monteiro⁵ permitem enunciar 96 notícias de obras militares entre 1350-1450. Contudo, temos que ter em conta que uma parte significativa se refere a obras em cercas urbanas, ou seja, não são obras em castelos, mas em muralhas. Este facto reflete também o triunfo de uma nova forma de guerra; a guerra transfere-se do meio rural para o cenário urbano.

Torna-se bastante claro, que a política de construção e restauro de castelos levada a cabo pela coroa portuguesa nos finais da Idade Média, obedecia a um planeamento estratégico concertado. No entanto, para compreendermos melhor o papel dos castelos e cercas defensivas é necessário olhar para a forma como se distribuíam no espaço e ainda para o modo como numa estreita articulação com o relevo e com a geografia, se relacionavam umas com as outras em complexas redes de defesa. Podemos assim afirmar, que a distribuição das estruturas fixas de defesa do reino obedeceu desde cedo a uma intenção e a uma orientação estratégica bem definida, escalonada em três níveis distintos segundo Miguel Gomes Martins⁶; um primeiro nível expressa-se por um lado, na presença de duas linhas de detenção ao longo de praticamente toda a fronteira terrestre e por outro, na defesa da orla marítima exercida por uma linha de fortalezas não tão densa mas posicionadas em

⁵ MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Colibri, 1999

⁶ MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016 pág.68

locais nevrálgicos do território. Um segundo nível, corresponde à implementação de sistemas de defesa em profundidade distribuídos ao longo das principais vias e eixos naturais de penetração. E um último nível, que consiste em diversos sistemas de âmbito local e regional situados no interior do território português e vocacionados, sobretudo, para a proteção dos principais centros urbanos e militares do reino. Assim ao longo da segunda metade do século XIII e início do século XIV vamos assistir a um enorme reforço das linhas de detenção da raia, onde irão surgir novas fortalezas, mas onde é patente um notável esforço por parte da coroa para através de obras de restauro, melhoramento e ampliação, reforçar as estruturas defensivas aí posicionadas, de modo que pudessem desempenhar de forma eficaz a sua função.

O Perfil do Castelo Gótico Português; Construir, Reparar, Melhorar

Construir ou até mesmo reparar um castelo ou uma cerca urbana era um empreendimento complexo, não só pelas avultadas despesas inerentes á aquisição de material para a construção, como implicava uma mobilização considerável de trabalhadores. Neste sentido a Coroa procurou ter um papel ativo e uma intervenção constante em todos os momentos dessas obras, a começar naturalmente, pela decisão a respeito do local de implantação dos novos castelos e vilas amuralhadas. Na sua maioria as autorizações régias para o início das obras de construção de uma cerca ou de um castelo eram complementadas com algumas instruções relativas, por exemplo, ao cumprimento dos prazos estipulados para a conclusão das mesmas, prazos que oscilavam – dependendo da complexidade da obra – entre os cinco e os dez anos.

Contudo, nem sempre a Coroa determinava uma data-limite para o termo dos trabalhos, como sucedeu com as muralhas de Viana do Alentejo, a respeito das quais D. Dinis determinou apenas que as obras não deveriam cessar até que fossem concluídas⁷. Para além destes prazos, muitas vezes as ordens régias para o início das obras mencionavam também algumas das características arquitetónicas da estrutura a edificar, nomeadamente altura e a espessura das muralhas, como aconteceu por exemplo, com o muro da povoação de Vila Nova de Foz Côa, que segundo D. Dinis deveria ter uma altura próxima dos 6 metros, ou

⁷ MARTINS, Miguel Gomes, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, Coimbra, Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007 pp. 447-448

Arraiolos onde foi determinada uma altura de 6,60 metro e uma espessura de 2,20m⁸. Mas não era apenas na edificação das fortalezas que se constatava a intervenção do rei, também nos empreendimentos teoricamente menos exigentes, tais como as obras de reparações ou melhoramentos, que contavam quase sempre com a interferência do rei e acima de tudo dos seus representantes e delegados. A maior parte deste tipo de obra tinha como objetivo a resolução de problemas já existentes, sendo quase sempre desencadeadas pelas inspeções que periodicamente eram levadas a cabo com o intuito de avaliar o estado de conservação e de operacionalidade dessas estruturas defensivas.

Estas vistorias eram efetuadas por um representante do rei, geralmente um vassalo ou em alternativa por um tabelião, que era expressamente designado para inspecionar as praças-fortes de uma determinada região, e concluída a missão devia comunicar ao monarca o resultado do seu trabalho, nomeadamente quais as fortificações que necessitavam de reparação mais urgente. Para a execução destes complexos trabalhos de melhoramentos e reparação, era necessário um verdadeiro exército de operários a quem estava destinado um conjunto de funções diversificadas, porém ligadas entre si. Ainda que uma boa parte dessa mão de obra, nomeadamente alguns mesteirais mais qualificados, pudesse a troco de uma renumeração, ser contratada para executar algumas tarefas mais complexas e exigentes, as fontes revelam-nos que a esmagadora maioria dos trabalhadores envolvidos nas obras de construção e de conservação de fortalezas era mobilizado em regime de *anúduva*.

Segundo o Prof. Mário Barroca⁹, trata-se de um serviço de carácter obrigatório devido ao rei e prestado por indivíduos leigos e não nobres, ou seja, pelo elemento popular da sociedade, e que consistia na participação pessoal e gratuita nas obras de construção e/ou de conservação de estruturas fixas de defesa, mas que gradualmente foi sendo substituído pelo pagamento de uma prestação pecuniária. O serviço de *anúduva* foi assim um instrumento decisivo que a monarquia cedo encontrou, por um lado, para se assegurar de

⁸ MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 24-25

⁹ BARROCA, Mário, “Da Reconquista a D. Dinis”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Viol.1 coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 85-86
⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, ed. A. H. Oliveira Marques 3^o vol. Lisboa, INIC, 1990-1993, p.146
¹⁰ MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pág. 167

¹¹ BARROCA, Mário, “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Século IX a XII)” in *Portvgália*, Nova serie, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 120-121 e 125

que dispunha sem que tal acarretasse qualquer despesa com o seu pagamento, da força de trabalho necessária para as obras de construção e manutenção de fortalezas, e por outro lado, porque a *anúduva* podia em algumas situações ser convertida numa prestação pecuniária a fim de garantir uma fonte de financiamento extra para esses mesmos empreendimentos.

A monarquia dispunha ainda de uma importante fonte de receitas constituída pelos montantes pagos em remissão do serviço de *anúduva* – um serviço que só o rei podia exigir como só ele podia autorizar a sua conversão em dinheiro – canalizando-as, por exemplo, para uma ordem militar ou para um concelho, de forma que pudessem levar a cabo as obras necessárias nas fortalezas que tutelavam. Temos como exemplo o caso da construção do castelo de Sousel, para a qual D. Afonso IV autorizou o concelho desta cidade a fazer uso da *anúduva* cobrada no seu termo¹⁰. Uma outra forma encontrada de tornar estas obras menos onerosas para a coroa era encontrar um parceiro com que pudesse dividir as despesas. Era por isso comum a associação entre a coroa e os municípios para que em conjunto pudessem levar a cabo empreendimentos de maior dimensão, como era o caso das obras de amuralhamento de algumas localidades, o que claramente beneficiava as partes envolvidas, daí que tenha sido prática recorrente, pelo menos, até meados do século XV¹¹.

A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA

A CONCEÇÃO DEFENSIVA DO ESPAÇO: Cercas urbanas e Castelos

Na generalidade das cidades medievais, as muralhas e castelos foram um elemento sempre presente, constituindo uma manifestação ideológica decorrente da forma de pensar de época. A própria definição de cidade medieval encontra-se intimamente ligada a uma conceção defensiva do espaço, que implica necessariamente, a existência de uma estrutura de defesa. Assim, as funções desempenhadas pelas cercas defensivas encontravam-se complementadas pelas portas e torres que as integravam. Estas, para além do papel militar, valorizavam a imagem coletiva da urbe. O movimento de monumentalização urbana através da edificação de muralhas é antigo. Ele tem, entre nós, antecedentes próximos na prática régia de «fazer vilas», bem documentado a partir de D. Sancho I. Para fixar núcleos de

população junto à fronteira era importante dar-lhes além de regalias, capacidade defensiva, cumprindo-se assim também a defesa do território. D. Sancho, na sequência desta política, promove cercas amuralhadas em Contrasta (depois chamada Valença), em Melgaço (1205), em Bragança (1200), em Seia, na Covilhã, etc. Esta política de amuralhar vilas até então à românica, intensifica-se bastante com o «afrancesado» D. Afonso III que conhecia bem os movimentos das «bastidas» e das cidades francesas. Sob o impulso deste rei, aparecem novas muralhas já góticas, nas «vilas» de Viana do Castelo, de Caminha, de Valença e de Monção.

No entanto, será no decurso do século XIV, sinal dos novos tempos de comércio, de uma administração régia mais centralizada e também mais ligada aos grandes municípios, de mudanças nas estratégias e nas artes de guerra, simbolizada na ascensão dos besteiros, que o movimento de cercas urbanas atingirá o seu máximo. Efetivamente podemos dizer, que até aos meados do século XIV a coroa portuguesa continuou a investir primordialmente na construção ou reforma dos castelos raianos. Mas a partir dos meados do século XIV, com D. Pedro I e sobretudo com D. Fernando, assistimos a uma clara inflexão de prioridades. A construção das muralhas urbanas passou a ser, a partir de então, a principal preocupação da coroa que compreendendo o gigantismo da tarefa, não se cansou de delegar competências e obrigações sobre os municípios, aligeirando os custos que recaiam sobre o erário régio.

A construção das cercas góticas trouxe, de resto, um novo e precioso instrumento para a administração da fiscalidade, delimitando materialmente o espaço urbano, encerrando-o e possibilitando um controlo mais eficaz dos movimentos de mercadorias e pessoas, o que se traduziu num aumento das receitas de portagens e de peagens. Dentro dos novos espaços urbanos passaram a ficar incluídos muitos terrenos de cultivo, não-urbanizados, englobados agora dentro dos perímetros das cidades para fazer face a futuras necessidades de expansão do número de habitações. Assim, podemos constatar, que a construção destas novas cercas urbanas acompanhou o crescimento das cidades, marcando a expansão morfológica dos núcleos.

Crescimento periférico da cidade

Os estudos realizados acerca da evolução das cidades históricas têm permitido demonstrar que os aglomerados urbanos se desenvolveram através de distintas fases relacionadas, normalmente, com ciclos de crescimento, densificação ou até mesmo de

retração urbana. Na realidade, as cidades estão em constante evolução e mudança acompanhando, entre outros, as conjunturas políticas, económicas e demográficas, quer seja à escala local, quer seja relacionada com contextos geográficos mais vastos. Neste sentido, a evolução das cidades ao longo do tempo pode ter sido condicionada por processos de crescimento, através da expansão externa ou densificação do espaço interior, mas também por processos de contração através da diminuição da área urbana ou da rarefação do espaço construído¹². Igualmente, o desenvolvimento dos núcleos urbanos nem sempre terá sido realizado através de processos lentos e de forma gradual, mas pelo contrário, terá experimentado diversos ritmos evolutivos, alternando fases de evolução lenta ou mesmo de estagnação, com outras de crescimento ou de retração rápidas¹³.

Todavia, os espaços ocupados pelas urbes bem como os seus atributos, variam igualmente em função da forma do núcleo urbano, para a qual assumem particular importância as muralhas e as suas portas, bem como os caminhos e os aglomerados periféricos. No caso das cidades medievais portuguesas, verifica-se que a partir do século XIII, uma parte significativa dos núcleos urbanos conheceu uma revitalização construtiva que entre outros aspetos, condicionou o aumento do espaço edificado, através da urbanização de novas áreas localizadas fora das primitivas cercas defensivas. Na realidade, um número significativo de centros urbanos mantém em funcionamento até ao século XIII as antigas cercas defensivas erguidas no período romano ou alto-medieval, quer de forma parcial, como foi o caso da cidade de Braga, quer na sua totalidade, como ocorreu no Porto em Lisboa e Évora, verificando-se nestes dois últimos casos, a reutilização das muralhas romanas igualmente durante o período islâmico com algumas transformações¹⁴. Estas circunstâncias, aliadas ao incremento económico, bem como ao crescimento demográfico e construtivo registados a partir do século XIII, originaram em alguns casos, o congestionamento da área urbana amuralhada e simultaneamente, a ocupação de espaços localizados fora das primitivas muralhas dando origem ao surgimento de novos bairros periféricos. As portas das cercas defensivas e os respetivos largos que se conformaram do

¹² CAPEL, Horacio, *La morfología de las ciudades*, Vol. I – *Sociedad, cultura y paisaje urbano*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 2002.

¹³ LÉVY, Albert “Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine”, *Espaces et sociétés*, 2005/4, n° 122, p. 25-48.

¹⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)”, Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.), *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Ed. CITCEM/IEM, Braga, 2013: pp. 183-222

lado exterior, bem como os caminhos que deles derivavam terão norteado grande parte do crescimento periférico das cidades, constituindo com frequência, um importante vetor de estruturação da expansão dos novos arrabaldes¹⁵. No entanto, ao longo dos séculos XIV e XV muitos núcleos urbanos irão ser dotados de novas e maiores estruturas defensivas que passam a assimilar as áreas recentemente urbanizadas, bem como áreas por urbanizar. De facto, as novas muralhas podiam incluir simultaneamente espaços urbanos, periurbanos e mesmo rurais, onde se localizavam alguns mesteres e instituições religiosas, mas também oficinas, moinhos ou pequenas produções agrícolas de consumo diário¹⁶. Na realidade, no desenvolvimento ocorrido nas cidades medievais as áreas periféricas tenderam a ser sucessivamente englobadas por novos perímetros defensivos os quais, desta forma, passavam a agregar novas realidade morfológicas e simultaneamente a desempenhar um papel de destaque no crescimento das cidades, conjuntamente com as novas portas e caminhos que permitiam a ligação da cidade aos focos populacionais entretanto desenvolvidos nas novas periferias, bem como à área envolvente da urbe.

De facto, a análise do crescimento periférico das cidades constitui uma tarefa complexa na qual intervêm diversos agentes e diferentes fatores, nomeadamente internos, relacionados com a função da cidade e o dinamismo urbano, mas também fatores externos, de conjuntura política, económica ou outra, de âmbito regional, ou de escala mais global. De igual modo, a forma urbana foi marcada, por vezes, por estruturas pré-existentes como as muralhas, mas também por marcadores arquitetónicos de cariz religioso ou económico que desempenharam um papel determinante no crescimento periférico das cidades medievais.

LER ESPAÇOS E FORMAS URBANAS ATRAVÉS DO DESENHO

A importância do desenho na análise histórica

Um dos princípios fundamentais a reter é a importância documental do desenho, ou seja, o desenho não é uma mera ilustração é um documento. Por vezes é o ponto de partida da investigação para compreender cidades e planos urbanísticos. Se não vejamos o que nos

¹⁵ Id, Ibid

¹⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa, “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa” in Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, CITCEM, Braga, 2012: pp. 145-171: <http://hdl.handle.net/1822/19500>.

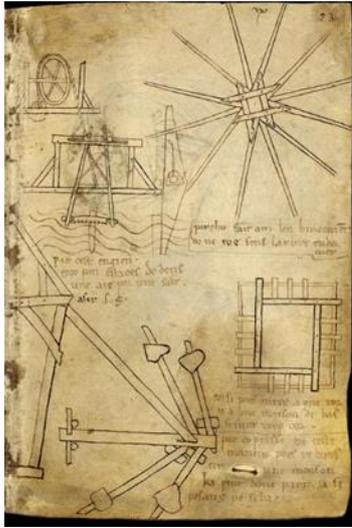
diz o Prof. Walter Rossa¹⁷; “*se queremos fazer um estudo sobre o urbanismo medieval português, saber como num dado momento “se fez cidade” e se desenvolveu, teremos que descodificar as regras de composição e métodos de ordenar o território, saber em suma, como se pensou e operou a materialidade urbana, isso independentemente da utilização previa ou não do desenho, enquanto projeto, estudo, plano, mas sempre enquanto desígnio em imagem, repartidor e ordenador. Para tal é o próprio desenho a principal ferramenta de análise, agora potenciada pelo recurso ao desenho assistido por computador*”¹⁸”.

O Prof. Walter Rossa define os conceitos de espaço e forma, assim como, nos dá uma noção da multiplicidade de características e funcionalidades do desenho. Estabelece as formas como sendo o que determina o espaço e os espaços como sendo o que nos permite ver as formas, uma dualidade que o desenho representa. Um dos grandes desafios que o desenho apresenta é precisamente a continuidade em desenho e a descontinuidade da descrição. O desenho descreve tudo, tem inclusive que preencher os espaços vazios, tem um discurso articulado, é sempre uma abstração da realidade – um filtro, um código que se estabelece. Outra das suas características é ser uma ferramenta de interpretação, visto que a melhor maneira de interpretar um desenho é poder desenhar sobre o desenho destacando os pontos principais. A simbiose entre desenho e comunicação é fundamental para a decidir o que fazer e para o comunicar, ou seja - o Projeto.

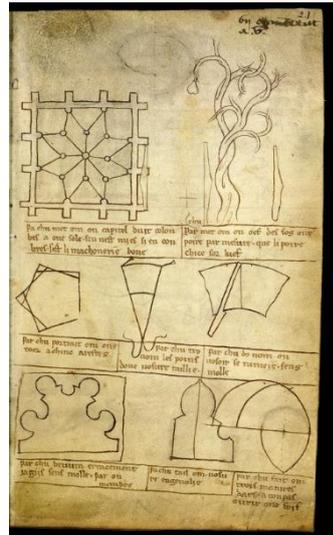
Em relação à Idade Média quase não temos desenhos, os que temos, são do século XVI, XVII, XVIII de cidades que cresceram mas nas quais encontramos ainda o tecido medieval. No entanto podemos mencionar alguns autores que deixaram alguns desenhos importantes como é o caso do caderno de desenhos de **Viliar d’ Honnecourt** (1200-1250)

¹⁷ Walter Rossa (Caracas, 1962) é licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (1985), mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1991), doutorado e agregado em Arquitetura pela Universidade de Coimbra (2001 e 2013). É investigador no Centro de Estudos Sociais [CES] da Universidade de Coimbra (2007) e professor no doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (III-CES) (2010), que co-coordena. É professor catedrático do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2017), onde tem vindo a lecionar disciplinas nas áreas de Projeto, Urbanismo e História.

¹⁸ ROSSA, Walter, Trindade, Luísa, “O desenho e o conhecimento do Urbanismo Medieval Português” in *Espacio Urbano en la Europa Medieval*, Najera, Encuentros Internacionales del Medievo, Actas, 2005, p. 198

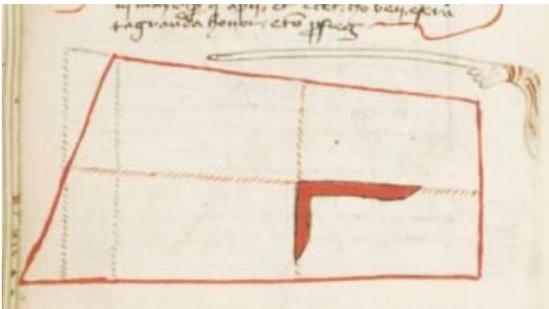


Elementos de Construção Civil



Elementos Arquitetônicos

um mestre de obras do século XIII e que deixou desenhos repletos de elementos arquitetônicos, assim como, desenhos ligados à construção civil com as maquinarias utilizadas, por exemplo, o guindaste. (figuras em cima).



Destaco também o *Tratado de Dimensura de Bertrand Boysset* (1350- 1416) que é claramente um compêndio para explicar como se medem e demarcam territórios, quais os instrumentos a utilizar, numa altura em que a Europa está numa retoma populacional. (fig. à esq)

Método de medição da superfície de um território

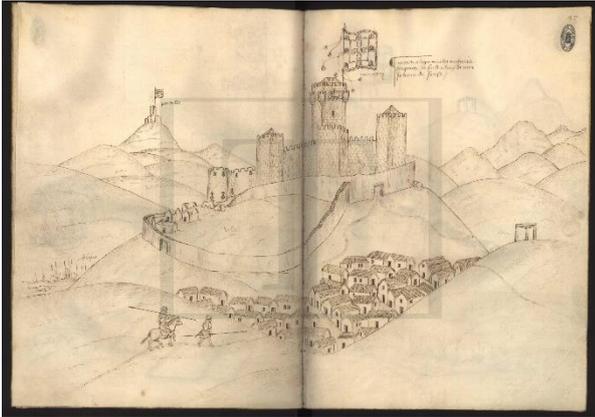


E o **Armorial de Guillaume de Revel** (1401-1456) constituído por 253 fólios e que apresenta desenhos de castelos franceses. (Vila e palácio de Riom -fig. à esq.)

Outro importante manancial de informação é **Duarte de Armas** (1465-?) Os seus registos são precisos e rigorosos, os relatórios que envia para a coroa a descrever o estado dos territórios são explícitos e concretos, o que desencadeia uma certa “espionagem”, isto é, alguns desenhos de vilas e outros documentos eram roubados e copiados pelas outras potencias tal era o rigor da informação. O Livro *de Fortalezas* de Duarte de Armas é uma autêntica antologia de informação.

O LIVRO DAS FORTALEZAS DE DUARTE DE ARMAS

O códice vulgarmente conhecido por *Livro das Fortalezas do Reino ou Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, é composto por dois livros encadernados num único volume. Num deles pretende-se representar as fortalezas e no outro as plataformas (plantas dos castelos) que formavam o sistema defensivo de Portugal relativamente aos reinos vizinhos. É um manuscrito quinhentista executado por Duarte de Armas escudeiro da casa real em 1509-1510 por iniciativa de D. Manuel I. A obra contém desenhos de 56 castelos fronteiriços do reino de Portugal que foram supostamente visitados pelo autor. Sendo um documento de inegável importância para o estudo da arquitetura militar da Idade Média, dá-nos uma ideia clara das características da planta e dos alçados dos castelos românicos e góticos de Portugal e do seu estado de conservação no início do século XVI. No primeiro livro, o das fortalezas, em dezoito dos desenhos encontramos uma espécie de assinatura, uma característica comum; o desenho de dois homens juntos, ambos armados de lanças e



quase sempre representados um a cavalo e outro a pé. José Leite de Vasconcelos¹⁹ levantou a hipótese de estas duas figuras representarem Duarte de Armas e seu pajem (fig. à esq.)

No entanto, Duarte de Armas prestou atenção também a outros pormenores importantes. No rio Minho, por exemplo, podemos ver caravelas e grandes naus em Caminha, na foz do rio.

Também em Vila Nova da Cerveira e em Valença vêem-se naus; mas em Monção, mais a montante, Duarte de Armas desenhou já apenas uma barca – indicando assim a navegabilidade do rio, e até que ponto o transporte de mercadorias seria feito por via fluvial. Do mesmo modo podemos analisar a tipologia e evolução dos diversos castelos, afinal o tema principal da obra. Para além dos comentários escritos, os próprios desenhos revelam o grande poder de observação do autor e a atenção ao essencial da sua missão: as fortalezas, isto é, as muralhas, torres albarrãs e de menagem, barbacãs, couraças, cubelos, ameias, etc. A obra é considerada o mais vivo testemunho do *debuxo*, técnica de ilustração vigente à época de D. Manuel I. O autor indica nas panorâmicas, os percursos entre cada povoação com as distâncias, principais acessos, estado dos caminhos, conformação do terreno, cursos de água e navegabilidade, pontes, fontes, poços, culturas e pomares, edifícios militares, religiosos e civis, em alguns casos até mesmo da povoação castelhana vizinha. O mesmo se repete em relação às plantas, onde se indicam as dimensões, tipos e estado das defesas, altura e espessura dos muros, distância entre torres e cubelos, finalidade dos compartimentos, acessos e outros.

Para cada castelo, Duarte de Armas traçou a planta e duas panorâmicas desde sítios diferentes de modo a complementarem-se. Esses desenhos são hoje documentos iconográficos imprescindíveis para os seus estudos e até para se conjeturar sobre como seriam os castelos no princípio do séc. XVI, e mesmo à data das suas construções. Dos três desenhos, a planta do castelo é o mais importante por nos permitir estudar a composição do castelo e a sua estrutura, ou seja, a forma como se encontrava compartimentado, a ligação de uns compartimentos com outros e observar melhor o papel dos torreões na defesa.

¹⁹ VASCONCELOS, José Leite, «Vida Portuguesa antiga segundo documentos iconográficos: O “Livro das Fortalezas do reino” como fonte de Etnografia», in *Boletim de Etnografia*, nº 3, Lisboa, 1924, pp.5-11

As representações do povoado também estão presentes, podemos observar, quando as casas utilizavam cobertura de colmo, ou xisto, tal o pormenor do desenho. Não há dúvida de que as figurações monumentais e defensivas das fortalezas e respetivas plantas, são únicas e preciosas informações desenhadas com toda a verosimilhança.

O *Livro das Fortalezas*, trata-se também de um itinerário de *fortaleza em fortaleza*, os caminhos que ligam cada uma das fortalezas são descritos com precisão e revelam as dificuldades que se apresentam ao longo do trajeto. Uma importante informação que permite documentar como se viajava no Portugal do século XVI, quando os percursos terrestres (estradas e pontes) eram obrigatoriamente complementados com os percursos fluviais. Esta obra tem características fundamentais e essenciais, que nos permite reconstruir e idealizar o Portugal dessa época, o seu quotidiano, o espaço urbano edificado, e que apesar de ser um documento quinhentista, traz consigo um manancial de informação sobre a arquitetura militar e urbana da Idade Média.

CONCLUSÃO

O poder régio nas cidades medievais portuguesas fez-se sentir de modo generalizado na construção das estruturas defensivas. Esta circunstância parece ter uma relação direta com a necessidade do rei, de preservar a identidade e independência política do reino, atuando num contexto de âmbito nacional. Tal como vimos, a expansão do espaço urbano está geralmente associada a um sistema defensivo que inclui as cercas urbanas e os castelos. No entanto, será sobretudo a partir da estabilização das fronteiras do território nacional (1297) na qual o castelo desempenhou um papel fundamental, e com o governo dos monarcas D. Afonso III (1248-1325) e D. Dinis (1279-1325) que Portugal reúne as condições políticas para promover o desenvolvimento económico e a coesão interna do seu território, através de vários instrumentos, nomeadamente a concessão de novos forais ou confirmação de anteriores, originando deste modo o surgimento de novos aglomerados populacionais, designadamente os concelhos, impulsionando o seu desenvolvimento urbano bem como a dinamização económica do país.

A partir do século XIII a população urbana cresce e surgem novas zonas e povoamento fora do recinto muralhado. Numa primeira etapa, o desenvolvimento urbano efetuar-se-á de dentro para fora: do velho burgo para a periferia. Esgotado o espaço intramuros, as casas foram crescendo nas imediações das suas muralhas, concentrando-se

ao longo dos grandes eixos de circulação junto das escassas portas das cercas românicas, ponto de convergência obrigatória de todos quantos queriam entrar e sair dos espaços urbanos. Vimos assim, que a necessidade de garantir a defesa das populações e das fronteiras, das principais vias de comunicação, dos centros urbanos e fortalezas de maior importância estratégica, conduziram não só a essa multiplicação de estruturas fortificadas, como ao surgimento de sistemas defensivos integrados por diversos castelos e povoações amuralhadas que assim organizados, podiam desempenhar mais eficazmente a missão que lhes estava atribuída.

Neste percurso tornou-se precioso o auxílio prestado por Duarte de Armas, cujos debuxos e plantas dos castelos fronteiriços portugueses do início de quinhentos permitiu precisar e confirmar algumas das análises efetuadas, tal é o rigor da execução.

Por outro lado, a utilização do desenho simultaneamente como abstração do objeto e como ferramenta da interpretação histórica, alarga substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo evolutivo, em especial para casos onde as fontes tradicionais (escritas e desenhadas) não permitem ir mais longe. O castelo e o desenho são duas fontes históricas evidentes e precisas, que nos permitem conhecer uma época, uma cultura, e compreender a expansão do espaço urbano medieval – como se formou, cresceu e evoluiu.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Amélia Aguiar, Horizontes Urbanos Medievais. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

BARROCA, Mário, “Da Reconquista a D. Dinis”, Nova História Militar de Portugal, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol.1 cord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003,

ID, “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Século IX a XII)” in Portvgália, Nova serie, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, p. 122

___, Terena. O Castelo e a Ermida da Boa Nova, Lisboa, IPPAR, 2006

___, Guerreiros de Pedra, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016

CAPEL, Horacio, La morfología de las ciudades, Vol. I – Sociedad, cultura y paisaje urbano, Barcelona, Ediciones del Serbal, 2002.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da **ROSSA**, Walter, **TRINDADE**, Luísa, “Raia e Cidade” in Monumentos 28, Revista Semanal do Património Reconstruído e de Reabilitação Urbana, Lisboa, dezembro 2008.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), “Castelos das Ordens Militares” in Notas do Encontro Internacional Castelos das Ordens Militares, Vol I, Lisboa, Direção Geral do Património Cultural, 2013

MARTINS, Miguel Gomes, Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367), Coimbra, Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007

LÉVY, Albert “Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine”, *Espaces et sociétés*, 2005/4

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 1999

RIBEIRO, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)”, Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.), *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Ed. CITCEM/IEM, Braga, 2013

“A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa” in Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, CITCEM, Braga, 2012: <http://hdl.handle.net/1822/19500>.

ROSSA, Walter, Trindade, Luísa, “O desenho e o conhecimento do Urbanismo Medieval Português” in *Espacio Urbano en la Europa Medieval*, Najera, Encuentros Internacionales del Medievo, Actas, 2005.

SERRÃO, Joel, **MARQUES**, A.H. Oliveira (dir.) *Nova História de Portugal; Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996

TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009.

VASCONCELOS, José Leite, «Vida Portuguesa antiga segundo documentos iconográficos: O “Livro das Fortalezas do reino” como fonte de Etnografia», in *Boletim de Etnografia*, nº 3, Lisboa, 1924.

FONTES:

ARMAS, Duarte de, Livro das Fortalezas, Lisboa, Caleidoscópico- Academia Internacional de Cenografia (Edição fac-similada) 2015

MARQUES, A. H. Oliveira (ed.), Chancelarias Portuguesas; D. Afonso IV, 3º Vol. Lisboa, INIC, 1990-1993

MARREIROS, Rosa, Chancelaria de D. Diniz, Livro II, Coimbra, Palimage, 2012

Arquivo imagens:

<https://digitarq.arquivos.pt>